

O LUGAR DAS ALUNAS E DAS PROFESSORAS NA UFPB: UM OLHAR PARA OS *CAMPI* DO INTERIOR

Erica Lopes Barbosa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
onericalopes@gmail.com

Fabírcia Sousa Montenegro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
fabriciamontenegro@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A discussão sobre as políticas de expansão e interiorização do ensino superior se constitui necessária, principalmente se considerarmos o cenário da sociedade do conhecimento, das mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado e da economia globalizada. É importante reconhecer as conquistas em relação à ampliação do acesso ao ensino superior de grupos sociais historicamente excluídos, mas não é possível afirmar que as condições de permanência são igualitárias no contexto acadêmico.

Isto se dá de forma evidente quando nos remetemos às diferenças de gênero, como fator de desigualdade nas universidades. Ainda que a luta das mulheres pelo direito de acesso ao ensino superior tenha iniciado no século XIX, foi somente na década de 1960, que segundo Souza e Sardenberg (2013), elas tiveram mais oportunidades de garantir a sua presença nessa etapa educativa.

O número de mulheres matriculadas nos cursos de graduação é superior ao de homens (BRASIL, 2019), mas é preciso observar as condições desiguais de permanência, tendo em vista que podem reproduzir situações de discriminação de gênero. Estar na universidade configura-se como um ato de resistência, pois nem sempre as instituições apresentam uma política interna que consideram a realidade da mulher, para que as alunas tenham condições de concluírem seus cursos e as docentes possam ocupar os diferentes espaços na academia.

A partir dessa compreensão, esta pesquisa tem por objetivo analisar a participação feminina nos *campi* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizados no interior do estado, identificando os espaços que atuam, os cursos com maior e menor presença das mulheres (alunas e professoras), a participação delas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão na condição de coordenadoras e

bolsistas, identificando o seu perfil, como também analisaremos a participação da mulher nos cargos de gestão universitária.

Estudar a questão de gênero na universidade é fundamental para que uma política institucional de permanência das mulheres na academia seja efetivada, já que disso dependem as condições materiais para superação da desigualdade de gênero.

DESENVOLVIMENTO

O estudo tem caráter exploratório (GIL, 2008), tendo em vista o nosso interesse em refletir sobre o fenômeno da expansão do ensino superior, em relação à interiorização da universidade pública no brejo paraibano, numa perspectiva de gênero. Iniciamos a pesquisa a partir de um levantamento bibliográfico sobre as políticas do ensino superior na história educacional brasileira, situando-as no contexto socioeconômico, político e de gênero. Faremos, em seguida, uma análise documental, a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (2019-2023) para identificar os objetivos da instituição sobre a expansão/interiorização do ensino superior, especialmente, em relação à igualdade de gênero, bem como uma análise qualitativa dos dados referentes à inserção das mulheres na UFPB nos *campi* do interior.

Os estudos teóricos indicam que, historicamente, a educação superior no Brasil esteve restrita a uma pequena parte da população, sendo, excludente e elitista. Quando analisamos a questão a partir de uma perspectiva de gênero, constatamos que a inclusão da mulher no ensino superior ocorreu de forma tardia e lenta, evidenciando a desigualdade de acesso em relação aos homens. Segundo Barreto (2014), somente em meados da década de 1970, através de lutas por direito e reconhecimento, que as mulheres começaram a conquistar espaços importantes na educação e no trabalho. Nos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, os movimentos sociais organizados retomaram suas lutas pelo reconhecimento da educação como um direito social e gratuito para todos e todas. Como parte desse cenário, o Brasil passou a desenvolver ações políticas, a partir dos anos 1990, para ampliar a oferta do ensino superior, seja para atender aos interesses de um mercado exigente, seja para responder a uma dívida histórica do país, com uma grande camada da população que esteve à margem dessa etapa educativa.

Todo o movimento em torno da ampliação do acesso a níveis mais altos de escolarização teve impacto no aumento do número de mulheres no ensino superior, que foi sendo constatado com maior evidência na década de 1990, e que de acordo com as análises de Rosemberg (2001, p. 522), os dados do PNADs revelavam que “para cada 20 estudantes 1 era mulher em 1992 [...] e que esta diferença caiu de 16 para 1, em 1999.”

Houve um crescimento de 50% no número de vagas nas universidades públicas no período compreendido entre 1995 e 2002. Já as instituições particulares tiveram um aumento de 129%. Para Santos (2010), houve uma perda de prioridade na universidade pública no âmbito das políticas públicas do Estado, induzidas pelo desenvolvimento econômico neoliberal.

A partir do início dos anos 2000, foi sendo gestada no Brasil uma nova concepção quanto ao significado das políticas públicas sociais, especialmente aquelas dedicadas à educação, reconhecida como um direito social básico, indispensável para o desenvolvimento do país. Apesar das contradições e tendências em torno das políticas de expansão do ensino superior, com forte disposição à iniciativa privada, não podemos negar que tal expansão trouxe elementos positivos para o campo social, na medida em que o acesso a níveis mais elevados de educação pode instrumentalizar os indivíduos para o exercício da cidadania e aumentar suas chances de inclusão social.

Os resultados de tais políticas têm demonstrado um aumento no número de mulheres no ensino superior. O Censo da Educação Superior de 2019 (BRASIL, 2019) revela que as mulheres representam quase 60% das matrículas em cursos de graduação; em 2006, as mulheres representavam 56,4% desse universo. Já na docência, os homens são maioria: dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

Sobre essa realidade, Barreto (2014) afirma que esse processo de ampliação de acesso das mulheres ao ensino superior, embora muito significativo e importante, “não esconde desafios, pois, se os dados nacionais sugerem uma aparente equidade de gênero no ambiente acadêmico, quando vistos em detalhes, revelam a permanência de distinções que evocam a tradicional divisão sexual do trabalho.” (BARRETO, 2014 p. 9). Segundo a autora, há na academia uma desigualdade enraizada de gênero, já que quando analisada a participação das mulheres na docência universitária, é possível constatar que elas aparecem em média 10 pontos

abaixo da participação dos homens exercendo a profissão. Ademais, o número de professoras no magistério superior é menor nas universidades públicas, já que neste espaço é predominante a presença masculina.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Embora não seja possível analisar todas as questões que giram em torno das relações de gênero no âmbito acadêmico, é preciso pensar e problematizar essa realidade. A elaboração de um estudo sobre a interiorização da UFPB numa perspectiva de gênero é importante, porque contribui para desmistificar a compreensão de que, uma vez as mulheres sendo maioria no ensino superior, estão superadas as desigualdades de gênero no âmbito da academia. A pesquisa reafirma a importância da universidade pública para o desenvolvimento regional sem perder de vista o trabalho acadêmico realizado por mulheres, em tempos de crise e desconstrução dessa relevante instituição educativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2013.

BARRETO, Andréa. A mulher no Ensino Superior. Distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior de 2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-434. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de; SARDENBERG, Cecília Maria B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 10., 2013. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381429366_ARQUIVO_RegisGlaucianeSantosdeSouza.pdf.